



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 02 / 2010

Data da Sessão: 12 de Abril de 2010

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 19.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha-----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos, Dr. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

Aos 12 dias do mês de Abril do ano de 2010, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. – Período de Antes da Ordem do Dia; -----
- 2.– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 3.– Aprovar, sob proposta do Executivo, os Documentos de Prestação de Contas de 2009; -----
- 4.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª ao Orçamento; -----
- 5.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Relatório Anual sobre a Execução ao Plano de Saneamento Financeiro; -----
- 6.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Projecto de Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----
- 7.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Projecto de Regulamento de Publicidade do Município de Montemor-o-Velho; -----
- 8.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a Declaração de Interesse Público Municipal para a Instalação de um Hotel Canino e Felino; -----
- 9.– Aprovar, sob proposta do Executivo a Declaração de Relevante Interesse Público (RIP) para a Pista de Atletismo / CAR; -----
- 10.– Aprovar, sob proposta do Executivo, as alterações aos Estatutos da “MOR-ENERGY – Associação de Investigação em Energia” -----
- 11.– Tomada de conhecimento da “Toponímia das Freguesias de Abrunheira, Ereira, Gatões e Vila Nova da Barca”; -----
- 12.– Tomada de conhecimento da “Expropriação – Arquivo Municipal / Ruas da Cultura”; -----
- 13.– Tomada de conhecimento da “Expropriação – Centro de Alto Rendimento / CAR” – Artigos Matriciais Urbanos 1848 e 1849 da Freguesia de Montemor-o-Velho; -----
- 14.– Tomada de conhecimento da “Expropriação – Área de Intervenção do CAR / Pista de Atletismo / Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho / Eixo Viário Pedonalizado / Ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha”.-----

Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: Mesa da Assembleia Municipal (MAM): Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

Membros: João Manuel Major Pinto Correia, Ana Cristina da Silva Jorge, Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, José Carlos Malheiro Leite, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa, Nuno Miguel Pinto Loureiro e Ricardo Manuel Sousa Brites em substituição, respectivamente, de Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Carina Isabel dos Santos Tondela, de Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte que justificaram a sua falta. -----

Presidentes Junta (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal e Verride. -----

Executivo: Vereadores - Pedro Manuel Monteiro Machado, em substituição do Presidente da Câmara, ausente por motivos justificados, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama. -----

Ausências justificadas ao abrigo dos artigos 78º e 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro: Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Carina Isabel dos Santos Tondela, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Altino Ferreira Lopes e o PJF de Vila Nova da Barca. -----

1. – Período de Antes da Ordem do Dia - o PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 15h 30m e, após dirigir as suas saudações a todos os presentes formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses da comunidade montemorense. -----

Logo após chamou a atenção para a proposta de alterações dos números 9 e 10, da OT e para as quais não se registou qualquer objecção, pelo que passaram a ter a seguinte redacção: -----

9.– Aprovar, sob proposta do Executivo a Declaração de Relevante Interesse Público (RIP) para a Pista de Atletismo / CAR; -----

10.– Aprovar, sob proposta do Executivo, as alterações aos Estatutos da “MOR-ENERGY – Associação de Investigação em Energia”;-----

Logo após o SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente, enviado, tendo salientado: os pedidos de substituição dos Membros Filipe Carraco, Maria Celeste Duarte e Carina Tondela; o ofício da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, onde consta o agendamento dos Pontos da OT de hoje; dois ofícios da ANMP sobre a Intempéries na Madeira; o ofício do Bastonário da Ordem dos Engenheiros com o programa da Semana da Ordem dos Engenheiros, que decorrerá em Coimbra e a circular da ANMP a enviar o Boletim daquela Associação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----Foi, então, colocada à discussão e votação a acta nº 01, de 16 de Fevereiro do corrente ano, que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 02; -----

----- Votos a favor – 32. -----

----- As abstenções foram justificadas por motivo de não presença na reunião a que a acta se refere. -----

----- Registou-se um espaço de cinco minutos para que fossem entregues, à MAM, as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações ou outros documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes, tendo sido aceites: -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Major Pinto Correia (PS), "**Moção de Pesar**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

----- O Membro Fernando Monteiro disse que o Grupo da Coligação "Montemor, Sempre" (CMS) se associava à apresentada Moção e subscrevia, por inteiro, os votos de pesar sobre o falecimento do Presidente Polaco e sua comitiva no desastre aéreo ocorrido no passado recente.-----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se, de imediato à votação, tendo a Moção sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias, "**Voto de Pesar pelo Falecimento de Nélia Mendes Matias**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **02** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Pereira, António Rasteiro, "**Ilustrações de André Caetano**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **03** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis (PS), "**Moção de Felicitações**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **04** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos, "**Diversos**", , conforme documento anexo à presente acta sob o número **05** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Montemor-o-Velho, "**Moção de Parabéns**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **06** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Hernâni Rama (CMS), "**Indagação ao INAG**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**. -----

----- O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: "Sobre o teor da Moção apresentada, o Grupo do PS não tem nada a apontar até porque esta questão tinha sido trazida aqui pelo Membro Major Pinto Correia, na última Sessão da AM, por demonstrarmos a mesma preocupação e estarmos cientes das dificuldades de resolução daquele problema. No entanto, com a parte da introdução, não podemos estar de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

acordo porque, por uma questão de princípio, entendemos que a manutenção das estradas do Concelho é uma obrigação da CM e se a cumpre, em determinados sítios, de acordo com os padrões que deveriam ser cumpridos, ficamos satisfeitos mas não vemos nisso motivos para louvores. Realmente, nas vias que foram referidas registaram-se intervenções mas há uma série delas que não foram intervencionadas e encontram-se em tal estado que são um mau cartão de visita para o Concelho. Basta olhar para algumas vias principais da sede de concelho, nomeadamente frente aos Bombeiros Voluntários ou a Avenida 25 de Abril, para não falar da freguesia da Carapinheira e muitas outras pelo que, embora concordando com a Moção, não poderíamos deixar de fazer este reparo”.-----

-----O Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Permitam-me que vos diga que fiquei um pouco admirado com esta Moção proposta pelo Grupo “Montemor, Sempre” referindo-se a investimentos rodoviários. Vinda do Grupo que suporta o Executivo, ficaria muito mais agradado se fosse uma Moção para alguns ajustes ou alterações ao projecto que está a ser desenvolvido na Rua da Igreja da Carapinheira, até porque se fossem propostas pelo PCP estarão chumbadas à partida. Como sabem os residentes e os comerciantes daquela rua já demonstraram, por várias vezes, o seu desagrado com a obra e esperamos que o Executivo e os mentores do projecto tenham a atenção para o que se está a passar que não é, de certeza, o melhor projecto para quem lá vive e para quem lá trabalha”.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se, de imediato à votação tendo a Moção sido aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Pereira, António Rasteiro, "**Comemorações do Dia Mundial do Teatro**", documento anexo à presente acta sob o número **08** e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo Membro Lúcia Pagaimo (CMS), "**Dia da Árvore e Dia Mundial da Floresta**", documento anexo à presente acta sob o número **09** e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Pereira, António Rasteiro, "**Lançamento do Livro “O Escândalo Político em Portugal” da autoria de Bruno Paixão**", documento anexo à presente acta sob o número **10** e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Ereira, Fernando Curto, "**Mérito Gastronómico**", documento anexo à presente acta sob o número **11** e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Intervenção subscrita pelo Membro Cristina Jorge (CMS), "**Festival do Arroz e da Lampreia**", documento anexo à presente acta sob o número **12**.-----

-----O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Partindo da importância que o evento poderá ter para o Concelho e, necessariamente, para o Turismo Gastronómico, o Grupo do PS, por vários motivos, não partilha de tão grande louvor feito ao Executivo e vou tentar ser sucinto. Este ano, realmente, não vi nenhuma inovação em relação aos certames anteriores e em relação aos números não temos acesso a eles,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

mas não os coloco em causa. Lembro que o PS tem vindo a defender, desde há 8 anos, que se deveria aprimorar na apresentação de melhores condições, na forma como é publicitado e como se conseguem atrair pessoas de modo a que o arroz e a lampreia sejam utilizados como um símbolo cada vez mais atractivo. Não estou a menosprezar, de forma alguma, a realização do evento mas realço que, passado todo este tempo, já seria possível fazer mais e melhor”.-----

----- Intervenção subscrita pelo Membro Edméa Silva (CMS), "**Dia Mundial da Água**", documento anexo à presente acta sob o número **13**.-----

----- Intervenção subscrita pelo Membro Cristina Jorge (CMS), "**Dia Internacional da Mulher**", documento anexo à presente acta sob o número **14**.-----

----- O Membro José Carlos Leite (PS) pediu a palavra e disse: “Gostaria de pedir autorização para distribuir a documentação que entreguei à MAM a alguns dos Membros da AM e que permitirão suportar a minha intervenção. Como sabemos a CM tem uma prestação de serviços de limpeza de fossas mas, como é natural, tenho a certeza de que esta situação é do desconhecimento do Executivo e daí eu pedir uma intervenção rápida e célere. O que neste momento se está a passar é que o tractor, vindo de locais que não estão dotados de infra-estruturas públicas, chega à primeira caixa, levanta a tampa e descarrega tudo o que traz dentro do tanque. Como se compreende, tudo é despejado em minutos e além dos fluidos, de matéria putrefacta, derramados à superfície, surge o problema do cheiro nauseabundo da descarga directa e outra consequência, ainda mais grave, que é o retorno do ar nas tubagens e que vai sair nas casas das pessoas, obrigando a que nas habitações se sofra com o cheiro de fossa durante vários dias o que é inadmissível. -----

Portanto, solicito que se tome uma atitude imediata de modo a terminar com este serviço, porque ele não honra nada em termos de salubridade, de higiene e, muito menos, de saúde pública. Quer se queira quer não, este tipo de matérias, a correr à superfície, não nos honra em nada. Estamos num Município moderno, no Século XXI e precisamos acabar com este tipo de serviço.-----

----- Relativamente a outro assunto, quero chamar a atenção para o que, neste momento, se está a passar pelo Concelho, em diversas urbanizações e que, à partida, terão critérios de exigência, bastante pertinentes, por parte da CM. O problema, muitas vezes, é que a exigência feita acaba por não passar de uma mera questão administrativa. Como podem verificar no conjunto de fotografias que apresento, existe um verdadeiro desordenamento urbanístico, o que é uma verdadeira vergonha nas nossas urbanizações. Os munícipes investem nos seus apartamentos com esperanças de qualidade de vida e não para viverem encostados a lixeiras ou em lotes pejados de restos de materiais que ficam ali eternamente. Vejam algumas situações: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----Ponto um – a questão dos stands de vendas localizados nas urbanizações. Os loteamentos têm áreas de cedência para estacionamento, para passeios e para jardins e deveriam ser, unicamente, para esses fins que eles seriam utilizados. No entanto, só numa urbanização estão 15 stands de vendas, num raio de 200 metros, a ocupar os passeios, as praças ou lugares de estacionamento que são dos moradores. A urbanização está praticamente acabada, os lotes e os apartamentos estão quase todos ocupados e os moradores têm que andar por ali à procura de estacionamento porque os senhores empreiteiros resolveram fazer daquilo o seu local de vendas. Sinceramente, com toda a legitimidade, acho que, também eu, tenho o direito de lá colocar um quiosque a vender jornais, ganhando algumas verbas sem ter que passar cartão a ninguém. Se os promotores têm direito de lá colocar 15 stands, então qualquer munícipe também tem o direito de montar um negócio ali no meio da via pública e, digo sem passar cartão a ninguém, porque duvido que haja licenciamento para isso, porque como disse, estas são áreas cedidas para estacionamento, para passeios, para jardins e não para outro qualquer tipo de ocupação. Nas imagens, podemos constatar a existência de mais de 30 stands localizados em jardins, em passeios e estacionamentos. Chamo a atenção para um que todos conhecem e que está plantado frente ao ex - Hospital de Montemor-o-Velho há, pelo menos, 6 anos, sendo já um negócio instalado. É verdade que no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização se prevê que, na área do estaleiro durante a execução das obras, o empreiteiro possa colocar um stand de vendas. No entanto, a partir do momento em que é emitida a licença de utilização, não deveriam existir mais stands para ninguém, muito menos nas urbanizações, onde há lojas, andares modelo e mais uma série de truques para resolverem as vendas. Os proprietários quando saem à porta do prédio o que têm à frente é um stand de vendas. Estas situações perpetuam-se ano após ano e, por isso, agradece-se que tudo seja retirado da via pública e entregue a quem tem direito a ela que são os moradores, os munícipes quem circula nas urbanizações. -----

-----Por outro lado, nestas mesmas urbanizações, acontecem verdadeiros crimes ambientais, alguns deles graves e outros muito graves. Os crimes ambientais muito graves, de acordo com o artigo 18º do Decreto-Lei nº 46/2008 - Regime Jurídico relativo aos Resíduos das Construções e Demolições - diz no ponto um que constitui contra-ordenação ambiental muito grave o abandono e a descarga de RCD, em local não licenciado ou autorizado para o efeito. Na alínea g), do ponto dois, diz que a manutenção de RCD no local da obra, após a sua conclusão ou a sua manutenção na obra em prazo superior a 3 meses constitui contra-ordenação ambiental grave. A estas contra-ordenações graves, de acordo com a legislação, correspondem coimas, para pessoas singulares, de 12.500 euros, no mínimo, e de 25.000 euros para pessoas colectivas. Não se pede que se vá para a rua passar multas, mas que se coloque ordem no que se está a passar. Se olharem para esse conjunto de fotografias, verificam que existem dezenas de situações em que o empreiteiro fez a sua obra, construiu e limpou o passeio em frente ao seu lote e deixa, no terreno ao lado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

no passeio ao lado o resto dos materiais de construção, os lixos, as paletes, os bidões não se sabe por quanto tempo. Quero lembrar que, de acordo com o Decreto-Lei nº 60/2007 - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação - a CM pode recusar a emissão do Alvará de Utilização se não houver limpeza adequada da obra e da sua envolvente, pelo que esta actuação deveria passar a ser uma prática desta casa para que os moradores, todos os dias, ao virem à janela não tenham de olhar, constantemente, para a lixeira do lote ao lado ou do passeio em frente durante.-----

----- Por outro lado queria chamar a atenção para outro assunto que considero demasiado importante e grave e que afecta milhares de munícipes e que tem a ver com a forma como algumas urbanizações estão concluídas. Por exemplo, na urbanização situada acima do campo de futebol, onde é que estão os jardins? Não é incumbência do empreiteiro deixar os jardins concluídos? Há 7 anos que ali existe um autêntico matagal, os passeios não se vêem, a lixeira que já se vê com restos de obras por todo o lado, num estado absolutamente lastimável. E esta não é a única urbanização nesse estado já que na Carapinheira existe uma situação em que o indivíduo vedou o espaço público há anos e com uma lixeira em zona de infra-estruturas públicas, caixotes e retretes no meio da via pública. -----

----- Sei que tem havido alguma colaboração saudável da CM com alguns empreiteiros, e não está em causa a sua atitude, sendo tolerante, compreensiva e querendo que as coisas sejam levadas a bom porto. Todavia aquilo a que estamos a assistir, neste momento, é ao aparecimento de meros abusadores, mas gostaria de chamar a atenção para a questão das taxas de ocupação de via pública nos loteamentos. Os empreiteiros julgam que, uma vez que não estão recepcionadas as infra-estruturas, não há lugar ao pagamento de taxas de ocupação de via pública porque se entende que aquilo é um bocado de ninguém o que é absolutamente falso. Estes espaços integram-se, automaticamente, no domínio público com a emissão do Alvará de Loteamento e, não vamos confundir o que são as necessidades do promotor do loteamento para realização das próprias infra-estruturas ao qual, efectivamente, não temos que cobrar taxas de ocupação da via pública pela realização disso, mas já temos que o fazer aos indivíduos que vão construir os edifícios. Estas são situações demasiado tristes para podermos continuar a pactuar com elas e, mais uma vez, refiro que tenho a certeza que por parte dos serviços da CM, dos técnicos, há boa vontade, tolerância e esta é uma característica que só as pessoas inteligentes têm e considero que tem havido uma boa gestão nesse sentido. Agora, não a podemos ter quando começamos a ver este tipo de abusos. Reparem, por exemplo, no que se está a passar na avenida principal, acima das bombas de gasolina, do lado esquerdo, onde está uma vedação branca de uma obra que não se sabe se é para fazer e o indivíduo, há 4 ou 5 anos, retirou 10 metros quadrados do passeio onde circula muita gente para as escolas, e não só, e ninguém o chama à atenção para repor o que tem que repor e que nunca deveria ter retirado. Isto é um abuso feito em propriedade municipal". -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----O Membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Chamo a atenção do PMAM que esta Sessão começou com mais de 30 minutos de atraso pelo que não se justifica que esteja a chamar a atenção para o tempo do Período de Antes da Ordem do Dia, já que as coisas que são de interesse da Autarquia têm que ser tratadas neste fórum. Outro aspecto, diz respeito à ausência do PCM que, nos termos do Regimento e da Lei, é obrigado a estar presente, a menos que esteja impedido por motivos justificáveis, fazendo-se, então, representar. Ora, até ao momento, não foi dado conhecimento à AM dessa situação, e quem o estaria a substituir e já não é a primeira vez que isto acontece o que acho que é uma falta relativamente a este Órgão. Agradecia que o PMAM tomasse isto em boa nota, porque não podemos desprestigiar este Órgão.-----

Permita-me, também, que lembre que na sessão desta AM, em Fevereiro, foi constituída uma Comissão Permanente (CP). De acordo com o Regimento da Assembleia Municipal (RAM) a CP deve ter um coordenador ou um Presidente para poder funcionar e, também, diz que deve funcionar, preferencialmente, reunindo uma vez por mês. A verdade é que até agora não reuniu, não faço ideia de quem é o coordenador, que em termos regimentais deverá ser votado e, portanto, o PMAM tem de convocar a primeira reunião. Penso que não faz sentido ter constituído uma Comissão que depois nem sequer pode funcionar, porque os órgãos não estão constituídos. -----

-----Finalmente, porque tem a ver com a AM, foi decidido que quando fosse enviada documentação, aos Membros AM, em suporte digital, ela seria enviada aos líderes dos Grupos em suporte papel de forma a tornar mais fácil as discussões e até as próprias reuniões preparatórias. Ora, a indicação que tenho é que tal não aconteceu, pelo que agradeço a atenção da MAM para o facto”. -----

-----O PJF de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “Quando entrámos para esta reunião, devem ter reparado que havia ali algum movimento da população de Quinhendros devido a uma situação que se prende com um carreiro que vai da EN 111 até à Rua do Rigueiro. Acontece que um casal, que tem a sua habitação confinante com este carreiro, o tapou e as pessoas estão indignados com o que se está a passar. Tendo em consideração que não é à AM que compete responder pela questão em causa, falei com as pessoas para abandonarem, se assim o entendessem, o espaço e que à posterior iriam tentar resolver essa questão. -----

-----Em relação ao que o Membro José Carlos disse, eu não posso estar mais de acordo com ele, mas nós não conseguimos fazer a limpeza como gostaríamos de fazer, especialmente na zona das urbanizações. Relativamente ao tractor que despeja as fossas, já falei com as pessoas para que utilizem caixas onde não existam habitações, até porque com a chegada do Verão é mais complicado”. -----

-----O PJF da Carapinheira pediu a palavra e disse: “Quero manifestar o meu descontentamento quanto à má prestação de serviços por parte da EDP. Há lâmpadas fundidas em vários pontos da freguesia, levam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

tempo imenso a responder às solicitações e há poucos dias uma grande parte da nossa zona esteve diversas horas sem energia o que provocou, inclusivamente, que se registasse falta de fornecimento de água em alguns pontos do Concelho, com todos os problemas a isso inerentes”.-----

----- O Membro Hernâni Rama (CMS) pediu a palavra e disse: “A colega Albertina Jorge solicitou algumas questões ao PMAM e relativamente à CP queria referir que só hoje foi aprovada a acta da reunião em que foi constituída, pelo que considero que, do ponto de vista formal, não se poderia ter marcado qualquer reunião. Só a partir de hoje é que o PMAM o pode fazer”.-----

----- O PJF de Arazede pediu a palavra e disse: “Quero registar duas questões que me parecem importantes para a freguesia de Arazede. No passado dia 21 de Março, realizou-se a inauguração do relvado sintético no Complexo Desportivo e que decorreu em ambiente de festa. Aos olhos de todos é uma obra de enorme importância para a freguesia e para o concelho já que para além da beleza da obra também a qualidade dos acabamentos e a qualidade do piso sintético, são de registar. Com mais esta iniciativa municipal fica o Concelho equipado com uma infra-estrutura que permitirá atrair mais jovens à prática desportiva aliada à formação enquanto cidadãos. Após 41 anos de existência, o Grupo Desportivo “Os Águias” está de parabéns e o esforço de todas as Direcções, até à presente data, culminou com um dia de festa a que a Naval 1º de Maio se associou valorizando, ainda mais, esta data histórica. É, pois, com enorme alegria que agradeço ao PCM todo o empenho do Município na construção de tão grandiosa obra que é um orgulho para todos.-----

----- Outra nota tem a ver com a entrega, no dia 3 de Abril, à 2ª Companhia dos Bombeiros de Montemor-o-Velho, filiada em Arazede, de uma ambulância que facilitará o transportes dos doentes, não só da população de Arazede, mas também de pessoas que estão nos limítrofes”.-----

----- O PFJ de Tentúgal pediu a palavra e disse: “Subcrevo, integralmente, a intervenção do PJF da Carapinheira e diria mais - quando se corta radicalmente a manutenção das instalações eléctricas que todos pagamos bem, quando a manutenção das redes deixa de existir, quando a colocação de extensões de ramais e até de iluminação pública deixa de existir, torna-se fácil aos senhores da EDP receberem prémios do desempenho como recebem”.-----

----- O Membro Albertina Jorge pediu de novo a palavra e disse: “Aproveito este momento para colocar 2 questões diferentes. Uma, é que na acta da reunião de Fevereiro diz que o PMAM perguntou se alguém se opunha a que as aprovações das deliberações fossem consideradas aprovadas em minuta para efeitos imediatos o que aconteceu, o que quer dizer que, ao contrário do que disse o Membro Hernâni Rama, a CP está constituída desde o dia 26 de Fevereiro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----Em segundo lugar não pus em causa o atraso do início da reunião nem pouco mais ou menos. O que disse foi para se ter em atenção que estávamos a discutir assuntos de interesse para o Município e que o atraso resultava da hora a que tinha sido iniciada”.-----

-----O Vereador Pedro Machado usou da palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas e disse: “Depois das questões políticas que foram colocadas, não directamente, penso que há situações objectivas que merecem a atenção do Executivo. Relativamente à intervenção do Membro José Carlos, naturalmente, partilho da preocupação em relação aos despejos de materiais recolhidos pelo tractor e serão alertados os responsáveis e os técnicos para que tal seja feito fora do perímetro urbano, para não causar situações como aquelas que referiu. -----

-----A segunda nota tem a ver como papel da fiscalização, e, sobre este estamos todos de acordo. Essa é uma tarefa que compete, também, ao Executivo no sentido de, dentro da esfera da sua competência, fazer cumprir a Lei. Sabemos bem que não podemos descurar essa vertente e, recentemente, numa reunião do Executivo foi, mais uma vez, negado a um dos empreiteiros do Concelho uma prática, diríamos mesmo, de um abuso instituído de pedir prorrogações de prazos e, por isso, o Executivo já tomou decisões claras admitindo, no entanto que há muito trabalho fazer e que compete, em primeira instância, à fiscalização. ----

-----Quanto à questão da EDP e aos problema das falhas da energia eléctrica, tal vem reforçar a má prestação de serviço aos Municípios que se tem vindo a revelar e que, uma vez mais, provocou efeitos colaterais que consideramos graves. No caso do abastecimento de água, provocou uma baixa tal nos depósitos cuja recuperação de níveis demorou muito mais que o desejado e esperado. O facto de se pensar nos lucros que EDP anuncia e publica é, do meu ponto de vista, uma vergonha nacional já que chamados a participar num esforço colectivo, nomeadamente através do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), em termos de comedimentos em relação à despesa pública, parecem que se esquecem das suas responsabilidades e, infelizmente, dão razão à intervenção do PJF de Tentúgal já que os resultados são conseguidos no final de cada ano à custa da falta investimentos nas infra-estruturas, mas têm verbas astronómicas para distribuir pelos seus administradores. -----

-----Relativamente ao Parque Desportivo de Arazede, o PCM e o Executivo não fizeram mais do que a sua obrigação ao consagrarem um equipamento desportivo, idêntico ao que no próximo dia 20 de Maio será inaugurado na Vila da Carapinheira, e que se encontram definidos numa perspectiva de dotar o Concelho com infra-estruturas que não servem apenas a prática desportiva, mas também as escolas, as camadas mais jovens numa amplitude de convivência, de criatividade e de progressão”.-----

-----**2.- Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro -**
O Membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Da vasta actividade do Executivo, explanada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

nesta informação, permitam-me que refira 2 ou 3 pormenores que considero de especial relevância e que têm a ver com a visita de elementos do Poder Central a Montemor. Assim, no dia 3 de Março, estive na inauguração da Casa do Triatlo e a inteirar-se das obras do Centro de Alto Rendimento (CAR), o Secretário da Juventude e Desporto, Laurentino Dias. É do conhecimento público que se mostrou agradado e satisfeito com o desenrolar das obras elogiando o trabalho da CMMV e das Federações envolvidas, referindo, ainda, que o CAR é um investimento da maior qualidade e que virá a ser um dos melhores do mundo. Sabemos que as obras estão a decorrer com normalidade e dentro das previsões e não podemos esquecer da enorme responsabilidade que decorrerá da coordenação e da efectivação do Campeonato Europeu de Remo, no próximo mês de Setembro em que estará em causa a imagem não só do Concelho, mas também de Portugal. -----

----- Também, no dia 5 de Março, veio a Montemor o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, António Serrano, para o encerramento do Colóquio do Sector Agrícola do Baixo Mondego, em boa hora promovido, com a colaboração da CM, aquando da inauguração do 8º Festival do Arroz e da Lampreia. Na oportunidade referiu-se ao facto de se valorizar a agricultura, da sua modernização e da importância de se produzir mais e melhor e não ter vergonha de se vender o que é nosso. O Ministro definiu como prioridade o pagamento, até Julho do próximo, das dívidas em atraso aos agricultores do Baixo Mondego mesmo as relacionadas com as medidas agro-ambientais. Os nossos agricultores encetaram novo processo de negociações com o Ministério de forma a alcançarem soluções tendentes a salvar o sector e esta abertura de diálogo, entre as partes, na procura de melhores soluções para o sector agrícola contrasta, claramente, com o realizado por Jaime Silva, em que as situações de conflito criadas aos agricultores levou a um extremar de posições com graves prejuízos e inconvenientes para todos. Também uma palavra de incentivo e esperança dos nossos agricultores na obtenção das melhores soluções que possam sustentar e incrementar no sector agrícola e que possam contribuir para o emprego e fixação de pessoas no Concelho de Montemor. -----

----- Esteve igualmente entre nós, no passado dia 9 de Abril, o Secretário de Estado da Administração Local, José Junqueiro, para uma reunião de trabalho com os Membros da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIBM), onde apelou aos Autarcas para que apostem na diplomacia económica local para atraírem investimento, combater a burocracia, diminuir os custos de contexto e a utilizar as novas tecnologias no contacto com os cidadãos. Com estas visitas não só de cortesia, mas também de trabalho, Montemor afirma-se, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos por este Executivo e afirma-se como pólo de desenvolvimento no contexto regional demonstrando que, apesar das diferentes cores políticas, homens de bom senso e de entendimento, querem que a obra nasça e avance sob um regime de atitude no benefício e engrandecimento do cidadão”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

----- **3. – Aprovar, sob proposta do Executivo, os Documentos de Prestação de Contas de 2009** - O PJF de Santo Varão pediu a palavra para realizar uma intervenção relacionada com as transferências financeiras para as JF, conforme documento **anexo** à presente acta sob o número **15**. -----

-----O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao Relatório de Contas deste ano realmente pouca coisa melhorou, comparativamente com o ano passado, mantendo-se o mesmo cenário com um resultado negativo na ordem de um milhão de euros. Se tivermos em consideração que este quadro é ajudado pelos valores da taxa de juro de referência, que vão permitindo um pouco de fôlego no pagamento das prestações do empréstimo contraído, pois se as taxas de juro passarem para os valores normais a situação será mais preocupante. Da mesma forma que o nosso Grupo demonstra preocupação com o aumento de custos com o pessoal, dentro do espírito que sempre tem sido defendido, esta situação deveria ser invertida e a gestão deste Executivo tem que ser rectificadora através do aumento das receitas. Temos feito vários alertas ao longo destes tempos mas os números vêm dando razão ao PS e, embora reconhecendo que algumas situações são decorrentes de alterações legais e os valores da execução sejam interessantes, iremos votar desfavoravelmente estes documentos, tendo os PFJ liberdade de voto”. -----

-----O Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto da OT, voltamos a referir que o presente relatório apresenta alguns desequilíbrios, algo preocupantes para a Autarquia. Entendemos, também, que há muito tempo que a CDU alerta e reivindica para a Autarquia algumas prioridades que não têm sido seguidas pelo Executivo, tanto neste como nos anteriores mandatos, nomeadamente, o eterno problema da não criação de riqueza, de postos de trabalho, o que é muito complicado para ter o devido retorno do investimento que realizado pela Autarquia e ele existe. Por isso, reafirmamos que alguns dos principais investimentos têm de ser repensados, implementando-se outro rumo para contrariar este estado de situações. Compreendemos o que refere quanto aos atrasos do QREN mas isso não pode ser desculpa para tudo e, por isso, queremos reforçar a responsabilidade de actuação do Executivo pelo presente Relatório de Contas e iremos abster-nos na sua votação”. -----

-----O Membro Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “O Grupo da Coligação “Montemor, Sempre” irá votar favoravelmente a apresentação de Contas do ano de 2009, salientando a qualidade do documento apresentado. Relativamente ao mesmo muito poderia referir mas permitam-me que o faça numa área que me é muito cara - a educação. No entanto, antes de mais chamo a atenção para algo que considero muito importante: fala-se da dívida, mas quais as razões para a sua existência? Na verdade ela fica a dever-se às diversas obras que estão em curso como, por exemplo, na implementação de redes de saneamento e muitas outras que estão em curso e, de uma vez por todas, ou as queremos ou não. Queremos o saneamento, a água, novas infra-estruturas e prédios e se queremos as pessoas a viver aqui a pagar os seus IMI's, tudo tem custos, pelo que não estejamos à espera de ter tudo de uma hora para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

outra sem ter que passar por momentos destes até porque, como o povo diz, “Roma e Pavia não se fizeram num dia”. Não é possível, alterar as situações num passe de mágica e temos de estar preparados para, durante alguns meses, as ruas estarem esventradas e com menores condições mas esse é o custo do desenvolvimento. Estivemos parados muito tempo e tudo leva o seu tempo e não é possível, neste Município ou noutra qualquer Município, concretizar tudo no mais curto espaço de tempo e muito se tem feito em prole do Concelho e a constatação disso mesmo foi a maioria obtida em Outubro de 2009. Essa foi a melhor avaliação que os munícipes poderiam ter feito de 4 anos de governação deste Executivo e, portanto, sejamos sinceros nesta matéria e analisemos as coisas friamente e não esqueçamos que, como disse o Membro da CDU, os atrasos do QREN são responsáveis por muito do que está a acontecer pelo que não podemos andar a tapar o sol com a peneira. Para além disso, encontram-nos envolvidos numa crise de anos, mas exigimos obras e queremos que tudo corra bem quando as transferências são o que são. Nestes tempos de crise, sentida especialmente pelo povo e pelas autarquias, não queiramos que o Município faça milagres já que, mesmo assim, muito tem sido feito. -----

----- Ainda antes de me referir ao sector da educação, não esqueço, como já salientou o PFJ de Santo Varão e sejamos sinceros, o que tem acontecido, desde há 8 anos, no campo das transferências de verbas que são feitas e que os PJF sentem nas suas contas, tendo liberdade para fazer os seus investimentos, para acudir às populações neste ou naquele sector. Sobre a minha intenção inicial saliento que todas as escolas do concelho sofreram, nos últimos anos, intervenções de fundo, nomeadamente os edifício do Pré-escolar e 1º CEB em que foram reparadas redes eléctricas, janelas, portas, água, instalações sanitárias, equipadas com quadro interactivos, as AEC's encontram-se em pleno funcionamento, bem como os transportes escolares e o apoio aos mais carenciados. O esforço tem sido enorme deixo-vos aqui um exemplo: estou a trabalhar numa instituição que dependente, directamente, do Ministério da Educação e, no início do ano, fotografei o que não estava correcto, como as 20 bocas de incêndio existentes e das quais nenhuma funciona. De imediato foi dado conhecimento à DREC, assim como de outras anomalias que urgem solucionar naquela escola e, até hoje, a resposta não chegou. Perante estes factos e o desinteresse dos serviços centrais este Município continua a ser um exemplo, com um enorme esforço financeiro, pelo que, de uma vez por todas, lhe deve ser dado o devido reconhecimento e apoio, por parte desta AM, já que tem sido uma preocupação, diria mesmo, uma verdadeira paixão, para esta Autarquia, o melhorar de condições a nível da educação. Não esqueçamos que, neste momento, se têm criado todas as condições para que as escolas sejam um espaço onde as crianças possam usufruir de bem estar e aprender, oferecendo-se às nossas gerações espaços dignos onde o aprender se torna um prazer e, não tenhamos a memória curta, basta pensarmos como se encontrava o parque escolar há cerca de 10 ou 15 anos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----A Autarquia preocupada com a educação e a criação de infra-estruturas de qualidade abraçou com todo o empenhamento o projecto do novo Centro Educativo (CE), praticamente pronto a funcionar, o que permitirá aos nossos alunos desfrutar de um espaço de grande qualidade com condições para o ensino e aprendizagem, de uma escola adequada às exigências curriculares, com espaços multifuncionais de trabalho, estudo e socialização, bem como infra-estruturas de comunicação e condições de acessibilidade que permitirão acolher e formar novas gerações para o mundo do trabalho, cada vez mais difícil e competitivo. Os desafios que as escolas enfrentam hoje são mais exigentes do que o que foram no passado e, sem dúvida, uma escola modernizada contribuirá para o bem estar dos alunos, professores e pessoal não docente, ajudando a criar laços entre estes e o espaço envolvente. Este CE está preparado para o Séc. XXI, à altura da ambição e dos objectivos de todos e tendo como objectivo a valorização da escola pública e a afirmação da importância do conhecimento e da educação.-----

----- Com tudo isto, nesta área temos 890 mil euros de investimento e 100 mil euros de subsídios e de apoios à educação, pelo que considero que a Autarquia continua no caminho certo e desejo que as paixões, principalmente, com a educação continuem a ser concretizadas. Continuaremos a apoiar este Município, em tudo o que possa trazer mais valias para a sua população, assegurando o bem estar de todos e acreditamos num Presidente que não baixa os braços e continua a trabalhar com afinco e sem desistir por um projecto em que acredita e que continuará a fazer deste Concelho um local onde vale a pena viver”. -----

-----O Membro Marco Góis voltou a usar da palavra e disse: “Começa a ser recorrente nesta AM falar-se na questão da maioria obtida mas a Coligação esquece-se, algumas vezes, que o PS teve 5.000 votos correspondentes a outros tantos munícipes descontentes ou que acreditaram mais noutra projecto, pelo que o PS tem legitimidade para continuar a apontar o que considera como actuações correctas, no âmbito do que defendemos para o futuro. Aproveito para alertar que no endividamento reflectido ainda não se encontra, precisamente a obra que tanto focou, o CE e lembro que as obras do género foram uma iniciativa global do Governo, para o País, que o nosso Executivo e muito bem, aproveitou. Por outro lado se me conseguirem explicar os 28 milhões de investimento, simplesmente em obra que esteja na rua, poderei compreender o que é que está a acontecer. Da mesma forma digo que o custo do desenvolvimento não é endividamento. Existe, hoje, o desenvolvimento sustentado que na prática, ao nível da economia autárquica, que tem falhado e o que se está a debater já não são as obras, é o Relatório de Contas. O que retiramos do Relatório de Contas, foi o que eu disse, não fazendo nenhuma apologia de que deveria ser investido aqui ou ali e o que os números reflectem foi precisamente aquilo o que referi. Se repararem o resultado negativo está na ordem de 1 milhão, houve uma quebra dos resultados operacionais e um aumento de cerca de 30% nos custos de pessoal e é isso que quero salientar e não às obras. Repito que o valor da execução é bom mas, mesmo assim, não tapar o sol com a peneira, não podemos por simpatia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

político-partidária dizer que um mar de rosas está à nossa frente, quando não está. Compreendo que a maioria apoie o Executivo, se estivéssemos no vosso lugar faríamos o mesmo, mas temos de ter consciência da forma como se fazem as coisas. O PCM assume que é necessário concretizar as obras e não pomos em questão os montantes aí investidos, mas sim os custos fixos que levam ao aumento do endividamento e que em vez de estarem a ser controlados, continuam a aumentar”.-----

----- O Membro Cristina Jorge pediu de novo a palavra e disse: “Não querendo entrar muito em pormenores, deve ter percebido que falei do que sentimos e que verificamos nos documentos. Para esclarecer isto, de uma vez por todas, digo-vos que o PS, desde 1994 a 2001, fez 35 mil milhões de euros de investimento e a Coligação, de 2002 a 2009, fez 56 mil milhões de euros, o que representa uma diferença substancial, atendendo a que continuamos a viver num estado de crise e, por isso, não queiramos que este Executivo faça milagres sem dinheiro”.-----

----- O Vereador Pedro Machado usou da palavra, dizendo: “Tentaria balizar, pela parte do Executivo, as notas que nos parecem serem essenciais no documento em discussão e esse exercício tem, naturalmente, não só como base o quadro político-económico nacional, mas também o local. Dentro do que era a conjuntura internacional vale a pena percebermos qual foi a situação financeira do país no ano de 2009. Todos os dados que foram tornados públicos tentavam dar a ideia que Portugal estava a passar pela pior crise desde há muitos anos, razão pela qual o esforço que havia de ser feito em relação à gestão política de Portugal tinha que ter no sentido de podermos, por um lado desagravar os impactos que essa crise traria para as pessoas, para as famílias, em primeira instância e para as empresas e, por outro para que as organizações públicas pudessem, através da sua prática, servir quase de almofada em relação àquilo que foram as consequências e as contingências desta crise. Assim, o apelo nacional foi feito nesse sentido e o Governo lançou 4 pacotes para as PME’s e um 5º foi lançado, em Março de 2010, sobretudo para acudir a questões mais prementes e que eram as questões da tesouraria e o que era importante para salvar as nossas pequenas e médias empresas era o crédito para que pudessem saldar despesas de tesouraria que era isso que as estava a afligir e porquê? Porque as pequenas e médias empresas continuavam e continuam a prestar serviços, a ter de pagar encargos sociais e salariais no final de cada mês e, cada vez mais, assistimos a que passaram a ter meses e meses de atraso em relação aos pagamento e o País sofre com toda essa problemática.-----

----- Como já aqui foi referido, as AM, não devem ser, apenas, um fórum de discussão política partidária, mas deverão ser formadoras naquilo que é o interesse comum e público e, nesse sentido, lembro-vos, em concreto, do que foi a gestão do Município de Montemor-o-Velho que se viu afectada por 3 contingências. Primeira: a questão dos sucessivos actos eleitorais em 2009, num total de 3, um dos quais com repercussão imediata no que tem a ver com a capacidade do Município fazer valer investimentos públicos de grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

monta e que tem a ver com os diversos tutelares das pastas do Governo que mudaram nesse mesmo ano. Pode parecer pouco importante, mas vale a pena lembrar que muitos dos processos, nomeadamente o da candidatura do CAR que fez no dia 27 de Março um ano que foi entregue e cuja aprovação ainda está por deferir. Estamos a falar dum investimento de 12 milhões de euros e esta é a primeira contingência objectiva quando fazemos uma análise séria, política sobre um documento de prestação de contas e que vale a pena referir. Segunda: por mais que se diga que o QREN já foi discutido, que é da Europa e, sendo da Europa, tem pouco a ver com o que nós vivemos, a realidade é que tem estado tudo parado devido à indefinição inclusive das comparticipações que nuns casos é 45%, noutros 60 a 70% e, agora, com o memorando de entendimento assinado entre o Governo e a ANMP poderá atingir, para os investimentos locais públicos, os 80%. Outra questão do QREN prende-se com a sua comparticipação física e financeira e que responde a algumas das questões levantadas no capítulo do investimento e do endividamento. Lembro que, de facto, no quadro financeiro apresentado, a dívida de curto prazo ronda cerca de 6.800 milhões de euros, mas dessa dívida há 1 milhão que está no planeamento financeiro que não foi utilizado, o que significa que estamos a falar em cerca de 5.800 milhões euros. Mas é preciso lembrar que, até esta data, o reembolso da contrapartida internacional que dá cobertura às obras lançadas ainda não chegou e temos, só em duas obras, cerca de 3.280 milhões de euros facturados - 2.900 milhões do CAR e 380 mil euros da Rua da Igreja da Carapinheira. O que quero dizer com isto é que se juntarmos a estes 3.280 milhões de euros, os cerca de 900 mil euros investidos no saneamento, o CE e noutras obras que estão a ser desenvolvidas, estamos a falar de uma dívida de curto prazo que não está para além dos cerca de 200 mil euros. Também já estive desse lado e sabemos bem quanto, às vezes, o calor da discussão, da saudável disputa do jogo político, no bom sentido da palavra, nos arrasta para a defesa da situação partidária mas não podemos fugir à verdade: de quem é a responsabilidade da gestão do QREN? É, seguramente, do Governo e, por isso, o seu Grupo deve ter consciência de que a ineficácia e a falta de estratégia financeira da gestão do Quadro representa prejuízos para muitos Municípios, para as JF e para os munícipes e é esta seriedade que o discurso e o debate têm que ter, sem prejuízo de que a oposição tenha o direito de dizer ao Executivo: “executou, investiu e teve esta prioridade” mas nós entendíamos que devia ter tido aquela; definiu verbas no seu Plano Plurianual de Investimento nestas áreas mas nós entendemos que deviam ter sido outras e justificando porquê. -----

----- Quando se avalia um documento de prestação de contas de um ano civil, ele tem naturalmente um depois e é um documento estratégico que suporta o mais importante instrumento que é a liquidez financeira duma gestão autárquica que tem a ver com o que diz respeito à evolução do Executivo. E as opções do Executivo, goste-se ou não da ideia, foi, de facto, assumida no dia 11 de Outubro por aqueles que são, do meu ponto de vista, os principais responsáveis pela gestão deste Município e que são todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

munícipes do Concelho que disseram, objectivamente, quem queriam e quem não queriam. E disseram-no porque reconheceram a capacidade técnica, a competência e quem tinha a melhor equipa e liderança para que ficasse mais 4 anos a servir os seus interesses. E esta equipa e essa liderança, eventualmente, pode cometer aqui ou ali erros na estratégia de decisão de objectivos, mas estamos cá para isso. É por isso que é importante existirem Órgãos como a AM, que a CM tem 7 elementos no Executivo e não apenas da maioria, constituindo um processo cumulativo de gestão, de aprendizagem e de boas práticas. Entendemos que o voto de confiança foi dado, em particular, ao Dr. Luis Leal, e tem toda a razão de ser, porque se compararmos o que o PJF de Santo Varão aqui disse e bem, de que este Executivo transferiu, de 2002 a 2009, mais de 4 milhões de euros directos para as JF, é bem o sinal da clarividência em relação à gestão de partenariado com aquelas estruturas. Por tudo isso entendo e subscrevo que todos os PJF, independentemente da cor política pela qual se candidataram, devam estar hoje ao lado do PCM, porque ele, desde 2002, entendeu protocolar com todos e não apenas com alguns, como foram práticas de má memória de tempos anteriores, a gestão equitativa do território. A partir daí os PJF podem discutir com a CM as opções em relação ao plano de actividades e orçamento para cada uma das Freguesias, valorizando o investimento directo dos PJF no sentido de que eles, melhor do que ninguém, sabem exactamente quais as prioridades essenciais para cada uma delas. Sem problema, aumentámos essa capacidade de reconhecimento e o Membro Marco Góis, provavelmente, não ouviu bem o que disse o PJF da Ereira sobre a valorização do 14º Festival da Lampreia da Ereira, entre outros eventos. Tal tem muito a ver com as acções ou estratégias implementadas pelas JF pelo facto dos seus presidentes saberem que contam que o Município lhes faça uma transferência financeira equitativa ao que recebem do Orçamento do Estado e que lhes permite assumir compromissos, apoiar colectividades e associar-se aos que luta pelo desenvolvimento das suas comunidades. Com toda esta actuação cumprimos o segundo objectivo que se prende com a ousadia de valorizar todos os PJF, por igual, e isso é uma marca, um selo de qualidade do exercício da democracia que temos no seio do nosso Concelho e que ninguém pode escamotear, quer se queira quer não, goste-se ou não. Essa valorização permitiu facilitar a actividade das JF e, mais do que isso, elevar o respeito pelo papel que os PJF desempenham. Lembro-me que, há alguns anos, nesta mesma AM se dizia que existiam manchas brancas em algumas partes do Concelho e hoje, felizmente, essa visão está ultrapassada e tenho a certeza absoluta que cada PJF é livre de fazer opções em relação às suas JF. Cada PJF, tem liberdade para dizer ao PCM se concorda ou não com a sua estratégia de afirmação e definição de prioridades e digo-vos que tudo isto está bem expresso num quadro económico e temporal que não foi apenas de um ano, mas é a consequência de um conjunto de anos de investimento medidos pelos resultados que atingimos. Esta maioria, em 8 anos, conseguiu investir mais do que 56 milhões de euros no Concelho e o anterior Executivo, de 1994 a 2001, não foi além de 34 milhões de euros. Dir-me-ão que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

conjuntura, este QREN foi mais favorável que o Quadro de 1991/2001. Claramente que não. Em 2001 estávamos no auge do II e III Quadro Comunitário e neste momento, está ainda para começar o IV Quadro Comunitário pelo essas referência não servem para justificar a perda ou a falta de investimento. -----

----- Sobre as taxas de execução, situações financeiras dos orçamentos, gestão e contas de gerências desses tempos, permitam-me que diga que as conheço muito bem, tal como muitos dos PJF que aqui estão e Membros desta AM que, entretanto, passaram Executivo. Sabemos bem quais eram as taxas de execução, porque nesta sala discutimos o assunto quase até à exaustão e se, algumas vez, se ultrapassaram os 35%, foi o máximo o que, convenhamos, é muito pouco comparado com a actual situação. -----

----- De tudo a que me referi têm os Membros da AM conhecimento já que lhes foi entregue documentação suficiente e esclarecedora e, por isso, conhecem as taxas, as percentagens e os valores globais do investimento, em relação ao QREN e ao endividamento do Município. É evidente que com esta estratégia, por muito que isso possa custar a muitos, Montemor-o-Velho está na agenda política das prioridades, em 2002 com um Governo Social Democrata e hoje com um Governo Socialista, e esse mérito não é de simpatia ou de compadrio, mas tem a ver com a capacidade da execução com competência técnica e política de que gere. Não é por acaso que o actual Ministro da Agricultura já esteve 2 vezes no Município, significando que Montemor-o-Velho está na agenda política por mérito próprio, não está à boleia, pela simpatia ou pela cunha mas aquilo que faz girar as agendas dos responsáveis. Montemor-o-Velho está na agenda política porque tem uma estratégia, validada no dia 11 de Outubro, e corporizada num conjunto significativo de investimento público em que mais de 30 milhões de obras estão no terreno. Diz-se que devemos dinheiro e é verdade, mas devemos com gosto, com responsabilidade, com o sentido critico de que há muito para fazer e mal de nós se não tivéssemos dívidas e se não fizéssemos obras. Na área cultural, na área desportiva, em muitos outros investimentos como é o caso das ruas, compreendendo os problemas que criam, significa um investimento significativo de mais de meio milhão de euros. São investimentos que custam ao Concelho todo e que projectámos e estamos a fazer em sítios que consideramos que são de primeira necessidade. No caso da Rua da Igreja, na Carapinheira digo-vos que o visto do Tribunal de Contas, que valida o pagamento ao empreiteiro, há mais de 6 meses que está para chegar e que legitima o pagamento para que a Câmara possa pressionar, mas o que vos posso dizer é que a obra vai ficar pronta, com as preocupações da Vereadora e dos munícipes que, de alguma forma, lhe têm feito sentir dia após dia, de que aquela obra é uma emergência, não só para aqueles que lá habitam, mas também para os que lá exercem a sua actividade profissional e entendemos que essa necessidade não deveria ser aproveitada para se fazer chicana política, porque é, de facto, urgente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

----- Termino reafirmando à AM que ao validarem e aprovarem esta Conta de Gerência de 2009 não estão a fazer mais do que aquilo que deve ser feito, legitimamente, com as divergências, com a diferença de opinião ou da sustentação teórica para cada um dos vossos sentidos de voto. E essa é a atitude responsável de quem tem sentido de responsabilidade e de querer apostar no desenvolvimento do concelho”.-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Em relação às palavras do Vereador Pedro Machado, gostava de referir 2 ou 3 pontos de uma forma muito breve. Considero estranho que se tenha esquecido de referir o aumento de 30% relativo às despesas de pessoal, que o valor da dívida de curto prazo seja o que mencionou já que houve a reformulação da mesma, através do plano de saneamento financeiro ou seja a dívida não se extinguiu, passou foi da rubrica de curto prazo para a de longo prazo. Sabemos, perfeitamente, que esse empréstimo vai ser pago daqui a 2 anos e meio e, neste momento, só estamos a pagar juros, com uma taxa muito baixa e, por isso, é que neste momento o cenário está mais desanviado daquilo que acreditamos que, no futuro, vai ficar. Digo, também, que na discussão deste ponto utilizou muito o PIN, mas em momento nenhum tal foi posto em causa e reafirmo pela 3ª vez, que nos congratulamos pelas taxas de execução deste Executivo. Em momento algum o PS aqui criticou a obra que foi feita ou disse que não se deveria investir, mas o que criticamos não é o fim, mas a forma, o meio utilizado para atingir esses fins - essa é que é a diferença e isso está reflectido na situação financeira da CM. Por outro lado, é óbvio que a vinda dos Secretários de Estado do Governo do Partido Socialista ao nosso Concelho, nos deixa muito satisfeitos, mas eles vão onde o Governo está a fazer investimentos que são da sua responsabilidade. Permita-me que lhe diga que quando faz a comparação entre o período de 1994/2001 com a actualidade, compara 7 anos contra quase 10, esquecendo-se da diferença de montantes que se formos a ver acabam por ser muito idênticos, pelo que a questão não pode ser reduzida tão só e, unicamente, ao ponto de vista de um número. Para terminar aproveito para lhe lançar uma pergunta, que já fiz ao PCM, e para a qual ainda não obtive resposta - em 2001, quando este Executivo chegou a esta CM foi feita uma auditoria às contas e os valores quer das dívidas de curto e de longo prazo eram muito inferiores aos que temos hoje. O PCM, numa reunião do executivo, disse que se a CM fosse uma empresa, estaria em falência técnica, pelo que gostava que me dissesse qual é, actualmente, a sua opinião”. -----

----- O Senhor Vereador Pedro Machado pediu a palavra e disse: “Em relação ao endividamento dizer apenas que na questão das despesas com pessoal elas significam cerca de 2% por ano e se não conseguem ver ou consultar, devidamente, o documento, penso que estará um longo trabalho para fazer para serem rigorosos e objectivos na análise que fazem. A Lei vem, neste momento, legitimar a situação contratual dos trabalhadores com as autarquias e a salarial significa aumentos percentuais sobretudo nos encargos com a despesa”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

-----Votos contra – 08;-----

-----Abstenções – 5;-----

-----Votos a favor – 20-----

-----Esta proposta, foi aprovada por maioria-----

----- **4.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª ao**

Orçamento - O Membro Major Pinto Correia (PS) pediu a palavra e disse: “Sobre esta proposta da 2ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Orçamento, é óbvio que não é o que mais desejaríamos, não gostamos muito, mas compreendemos que talvez seja cedo para entrar em contestações e, por outro lado, a passagem superior entre a Vila de Arazede e as Faíscas merece todo o nosso apoio. Porém, não queríamos deixar de fazer sentir a necessidade de se proceder de igual modo em Liceia e em Verride, onde é necessário garantir a segurança da população. Terminando dizendo que vamos votar favoravelmente, mas alertando para que tenham em conta estes alertas e desejando que esta medida não se fique pelo papel já que esta passagem é importante para o desenvolvimento daquela população”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado:-----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0;-----

-----Votos a favor – 32.-----

----- **5.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Relatório Anual sobre a Execução ao Plano de**

Saneamento Financeiro – o Membro Hernâni Rama (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, o Grupo da CMS vai votar favoravelmente salientando que ainda não decorreu o prazo regulamentar para a apresentação deste relatório já que ainda só decorreram 4 meses sobre o início da sua execução, tendo a CM optado por o apresentar com as dificuldades evidenciadas, registando-se a ausência de números de modo a permitir uma análise mais completa e outras análises.”.-----

-----O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Também o PS reconhece que o tempo decorrido desde a implementação até à apresentação deste 1º Relatório não permite chegar a dados conclusivos e neste momento a única coisa que, conscientemente, conseguiremos retirar dele são sinais, positivos e negativos. Por este motivo, o PS entende que qualquer análise feita a documento, nesta altura, será prematura, motivo pelo qual se vai abster e na próxima apresentação do relatório teceremos outro tipo de considerações e teremos seguramente uma tomada de posição mais definitiva em relação a este processo”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

----- O Membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Em relação a este Plano, foi um mecanismo consagrado na Lei pelo qual a CM decidiu optar, mas também somos da opinião que ainda não podemos fazer uma análise que demonstre, com rigor, o cumprimento e a evolução deste compromisso financeiro pelo curto espaço de tempo decorrido desde a sua aprovação. Assim, ficamos a aguardar para que um novo relatório surja num prazo mais alargado para podermos avaliar a sua execução e a do plano de saneamento financeiro, pelo que nos iremos abster”.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Machado pediu a palavra e disse: “Há, de facto, um quadro temporal obrigatório previsto na Lei e em que o presente relatório deverá ser apresentado semestralmente. No entanto, tivemos a preocupação de mostrar já 2 ou 3 dados que se irão reflectir aquando da apresentação do relatório semestral e cujas causas apontam, entre outras, para um assunto que já aqui foi discutido e que tem a ver com a questão do QREN e naquilo que influencia e inflaciona a mesma sua prestação. Verificamos que o aumento de 13% da prestação dos serviços se deve, nomeadamente, aos que tivemos de recorrer através de entidades externas ao nível do saneamento, ao nível da electricidade, e outros pelo que é um valor de referência. Outra situação prende-se com o facto do Município de Montemor-o-Velho, em 2009, também devido à conjectura nacional, ter arrecadado menos 400 mil euros de receita, nomeadamente do IMT e isto faz-nos perceber que a dinâmica e a conjuntura nacional e internacional têm reflexos directos e indirectos e que essa mesma conjuntura tem de ser avaliada à luz desses impactos que se traduzem, naturalmente, na gestão física e financeira do Município e não são, apenas, da gíria política ou do discurso partidário”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 12;-----

----- Votos a favor – 19.-----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

----- **6. – Aprovar, sob proposta do Executivo, o Projecto de Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais** - o Membro Ricardo Brites pediu a palavra e disse: “Em relação a este projecto a CDU, entende que perante a situação financeira da CM todas as taxas e as receitas serão bem vindas, mas notamos que existem alguns custos fixos e/ou operacionais que, de certo modo, influenciam o custo de algumas taxas de modo significativo e com um custo elevado para o serviço prestado. Entendemos que deveria haver uma maior atenção nesse campo, existindo um maior rigor e tomarem-se algumas medidas para tentar diminuir os custos quando a edilidade presta esses serviços para o munícipe usufruir de uma taxa com um valor mais acessível. Deste modo a CDU irá abster-se na aprovação deste projecto”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Aquando da primeira discussão destas taxas foi expresso o desacordo do PS à cerca dos valores apresentados, sendo, agora, trazido um dado novo que é o estudo realizado. O PS, de forma alguma, coloca esse estudo em causa, respeita-o e acredita, piamente, que nem todos os valores lá estão espelhados. Verificamos, tal como já foi defendido pelos nossos Vereadores, que há uma série de serviços prestados pela CM que têm um custo muito elevado e há, então, 2 soluções: ou se taxam os munícipes pelo valor mais elevado, com o qual nós discordamos totalmente, ou tem de haver uma preocupação deste Executivo para que todos aqueles procedimentos tenham um custo operacional mais reduzido. Para isso têm de se alterar procedimentos, metodologias, porventura equipamentos, pois o que PS nota, como resultado principal deste estudo, é que, realmente, há um custo demasiado elevado para alguns procedimentos. Por isso, não podemos concordar com estas taxas, mas iremos abster-nos. Sendo sérios como sempre fomos, não poderia, em nome da Grupo, estar há pouco a dizer que, realmente, a situação financeira da CM é preocupante e, de seguida, vir dizer que deveriam ser diminuídas as taxas. Não poderia fazer isso nem vou fazê-lo. Compreendo que as taxas sejam mantidas, embora haja 7 ou 8 que tenham aumentado, mas houve a preocupação, por parte do Executivo, em que essas sejam as que têm um menor impacto social na população do Concelho. No entanto, nunca esqueceremos que, realmente, alguns custos são demasiado elevados e, operacionalmente, deveriam ser feitas algumas alterações que conduzam a alguma modernização. Tudo o que acabamos de dizer não coloca, pelo contrário, o trabalho dos técnicos e dos funcionários desta CM pois reconhecemos o seu mérito, mas os meios e os procedimentos colocados à sua disposição terão de ser modernizados e agilizados”.-----

-----O Membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Para dizer que esta apresentação do regulamento de taxas deve-se, como é do conhecimento de todos, a imperativos de ordem legal e legislativo. A sua não aprovação até ao final do mês de Abril provocaria a sua nulidade e obrigaria o Município a abdicar de receitas necessárias ao seu normal funcionamento de tesouraria. Esteve bem o Executivo ao solicitar a aprovação externa a um especialista que fez um trabalho de análise e fundamentação de forma clarividente não nos suscitando grandes dúvidas. Verificou-se o maior cuidado na análise e fundamentação, para posterior elaboração da proposta de alteração, que foi feita de forma a não agravar em demasia a já depauperada bolsa dos nossos munícipes, apresentando-se aumentos, na sua generalidade, pouco significativos, respeitando equivalências jurídicas e fixados de acordo com o princípio da proporcionalidade. Verifica-se, também, uma redução do número de taxas de 900 para pouco mais de 400 e os valores alcançados estão enquadrados na legislação vigente e num cenário intermunicipal, pelo que o Grupo da CMS irá votar favoravelmente o projecto de regulamento de taxas, ora apresentado”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

----- O Vereador Pedro Machado pediu a palavra e disse: “O estudo foi, naturalmente, apresentado em simultâneo aos dois Grupos, na reunião do Executivo, exactamente porque o PCM queria ter uma impressão em relação à sustentação para este instrumento que é o regulamento e para o qual apontava, essencialmente, 2 ordens de razão. A primeira que decorre dos pressupostos obrigatórios em relação ao plano de saneamento financeiro, significando aqui que a prestação de serviços deverá crescer, em termos reais, a uma taxa de 3% ao ano e o valor dos impostos e taxas nas projecções pressupõe, um acréscimo real de 2%, a partir de 2009, pelo que o aumento tinha que ter esta expressão. A segunda nota para dizer que as taxas cobradas em 2008 significaram cerca de 671.642,00 € e, em 2009, apenas, 616.496,00 €, pelo que houve uma redução real no valor das taxas cobradas. Há pois um esforço que deve ser feito internamente, na modernização administrativa dos serviços e essa deve ser a tónica em relação ao que deve significar este novo regulamento de taxas. Tanto assim é que se olharmos para as rubricas em que há de facto a imputação de um acréscimo em relação aos valores cobrados, há-de se perceber que nenhuma delas significa o aumento dos custos da área social, antes pelo contrário e nalguns casos em relação a valores que comparados com outros, ainda estão aquém dos que são praticados nos Municípios na área da circunscrição da CIBM. O que está em causa não é só o cumprimento duma obrigatoriedade que decorre do saneamento financeiro, mas também se pretende uma melhoria qualitativa e quantitativa progressiva que temos de fazer no sentido de prestarmos melhores serviços, reduzindo a burocracia interna e apostando na qualificação dos serviços e dos funcionários”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 10; -----

----- Votos a favor – 19; -----

----- Esta proposta de Projecto de Regulamento de Taxas foi aprovada por maioria. -----

----- **7.– Aprovar, sob proposta do Executivo, o Projecto de Regulamento de Publicidade do Município de Montemor-o-Velho** – o Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Relativamente a este Projecto de Regulamento de Publicidade notamos que, realmente, se nota uma melhoria evidente, em relação ao anterior, existindo critérios mais concretos de objectivos. No entanto, uma vez mais, deixamos a recomendação de que seja feito, naturalmente, o devido acompanhamento da sua aplicação de modo a que, quando aplicado, se consiga ver se poderá haver alguma aresta a limar. Reconhecemos que houve um esforço e um trabalho bem conseguido, definiram-se critérios objectivos que, do nosso ponto de vista, irão eliminar possíveis casos de discriminação, entre municípios. Nesse sentido, vamos aprovar esta proposta”. --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

-----O Membro Hernâni Rama pediu a palavra e disse: “De facto, este parece ser um regulamento feito com senso e em que as alterações sugeridas pela oposição foram tidas em consideração. Sabemos que o Regulamento que estava suspenso, por indicação do PCM, estava cheio de incongruências e este corrige muitas das lacunas e imprecisões existentes. Não podemos esquecer que o Regulamento de Publicidade tem que ser respeitado, não só porque é uma fonte de receita para o Município, como também permite regular procedimentos entre a Administração Autárquica e os próprios munícipes. Permitam-me referir, por exemplo, que o previsto no artigo 10º vem simplificar o contacto entre o munícipe e a Administração, facilitando o procedimento administrativo, que se recomenda que sejam utilizados, em termos publicitários materiais biodegradáveis, o que o torna regulamento amigo do ambiente, que estão assegurados os interesses das Instituições particulares de solidariedade social, as farmácias, os organismos de saúde e os profissionais liberais considerando-se que a sua identificação não constitui publicidade, pelo que estão isentos e que todos terão a oportunidade de, num prazo de 6 meses, se adaptarem a esta nova regulamentação. Por tudo o que referi e porque foi encontrada uma solução muito aceitável o Grupo da Coligação irá votar favoravelmente ”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0; -----

-----Votos a favor – 32; -----

----- **8.– Aprovar, sob proposta do Executivo, a Declaração de Interesse Público Municipal para a Instalação de um Hotel Canino e Felino** - o Membro Major Pinto Correia pediu a palavra e disse: “Sobre esta proposta queríamos dizer que votamos favoravelmente, considerando que é um projecto interessante, esperando que o mesmo decorra rapidamente”. -----

-----O PJF de Tentúgal pediu a palavra e disse: “Permitam-me que vos expresse a vontade que este particular tem para desenvolver um negócio na área de animais domésticos na freguesia de Tentúgal, o que muito nos apraz. Obviamente que num concelho que tem, apenas, 2 espaços deste género a funcionar ter mais um é para nós um motivo de grande orgulho pelo que a CMS votará favoravelmente esta proposta”. ---

-----O Membro Ricardo Brites pediu a palavra e disse: “Da nossa parte e uma vez que entendemos que estarão salvaguardadas todas as condições ambientais e higiénicas do espaço, não temos nada a opor e, por isso, votaremos favoravelmente”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

----- Abstencões – 0;-----

----- Votos a favor – 32;-----

----- **9.– Aprovar, sob proposta do Executivo a Declaração de Relevante Interesse Público (RIP) para a Pista de Atletismo / CAR** – o Membro Fernando Monteiro pediu a palavra e disse: “Obviamente que vamos votar favoravelmente este ponto da OT, porque concordamos que a justificação que é apresentada pela DAOT é suficiente e é absolutamente necessária a aprovação da declaração em causa”.-----

----- O Membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Realmente, estes últimos pontos merecem o consenso de toda a AM e, efectivamente, o PS congratula-se com esta proposta como não podia deixar de o fazer. Toda a gente sabe que quem concebeu e gerou o CAR, embora com outro nome na época, foi o PS, contra algumas atitudes salomónicas da oposição da altura e, hoje, só nos podemos congratular porque o CAR tem várias valências”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstencões – 0;-----

----- Votos a favor – 32;-----

----- **10.– Aprovar, sob proposta do Executivo, as alterações aos Estatutos da “MOR-ENERGY – Associação de Investigação em Energia”** - o Membro Hernâni Rama referiu que, pelo facto de se tratarem de alterações pontuais nada haveria a opor pelo que o Grupo da Coligação iria votar favoravelmente. ---

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstencões – 0;-----

----- Votos a favor – 32;-----

----- **11.– Tomada de conhecimento da “Toponímia das Freguesias de Abrunheira, Ereira, Gatões e Vila Nova da Barca”** - o Vereador Pedro Machado pediu a palavra e disse: “Trouxemos à AM, para conhecimento, os processos das freguesias referidas e já aprovados pelo Executivo. Pretendemos concluir, rapidamente, a implementação de toda a toponímia e números de polícia com todas as implicações que isto significa, em termos práticos, na vida normal e quotidiana dos nossos cidadãos. Há, neste momento, um trabalho profícuo em relação a todos os processos de toponímia, com a legitimação dos topónimos existentes ou da aplicação de novos, matérias sempre sensíveis pelo que o trabalho apresentado reflecte o sentido elevado da responsabilidade de quem o fez. Aproveito para lembrar que a Comissão de Toponímia (CT) é um grupo de trabalho, presidido pela PCM e de que fazem parte, o Prof. Vitor Travassos, em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

representação do PMAM, o Professor Doutor Fernando Ramos, o Dr. Manuel Carraco e o Dr. Correia Góis, como personalidades convidadas, o responsável pelos Serviços dos CTT da zona do Município e o PJ de cada freguesia. Esta é uma matéria sensível porque, em muitos casos, tem de se ter em conta a tradição e os nomes que muitos dos nossos munícipes já utilizavam, que sempre que possível foram respeitados e as indicações de novos topónimos sempre mereceram uma reflexão das AF, das JF e da CT e acreditamos que, até Setembro ou Outubro, possamos trazer à AM, para conhecimento, os planos de toponímia de todas as freguesias do Concelho. Por vezes é um trabalho de formiga que parece secundário, mas tem uma implicação directa no dia-a-dia na vida das pessoas, pelo que se pode considerar igual a outras obras importantes. Por isso, em nome do Executivo, quero agradecer a colaboração de todos os que trabalharam, durante meses, neste projecto, não esquecendo os PJF pela compreensão, colaboração e pelo tempo que disponibilizaram ao longo de muitas sessões. Por tudo isto, esta tomada de conhecimento não pode ser entendida como uma simples e mero acto face à importância que tem para o quotidiano das pessoas”. -----

----- O PJF de Gatões pediu a palavra e disse: “Como se percebe, a freguesia de Gatões tem já concluído todo o seu processo de toponímia, com a consequente atribuição dos números de polícia, como as de Ereira, Abrunheira e Vila Nova da Barca, pelo que, neste momento, quero realçar o empenho e dedicação da CT e dos serviços da CM que contribuíram para a conclusão deste processo. Sabe-se que a Toponímia é um processo complexo, obedece a um regulamento específico e a toda uma complexidade que inclui a atribuição dos números de polícia e trabalho de cartografia, mas a dedicação de todos os que referi irá permitir, num curto espaço, a conclusão dos processos de todas as freguesias. Não posso terminar sem reconhecer a importância que este processo de toponímia tem para cada freguesia, não só para a normal distribuição de correspondência por parte do CTT, mas também para prestação de outros serviços e, sobretudo, para a segurança de pessoas e bens. Há situações que conhecemos em que segundos podem tornar-se fatais. Assim, penso ser importante enviar, logo que possível, toda a informação dos processos já concluídos a diferentes entidades tais como Serviços de Saúde, Protecção Civil, CTT, EDP e Bombeiros para que possam prestar, à comunidade, serviços mais eficazes”. -----

----- O SMAM, Vitor Travassos, pediu a palavra e disse: “Todo este processo, como já foi referido, tem sido um processo complexo e moroso porque envolve matéria muito sensível. Os PJF, melhor que ninguém, têm-se apercebido, ao longo destes anos, das dificuldades que temos enfrentado para o conseguir implementar. Recordo que, nos últimos meses, tem sido realizado um trabalho intenso e quem integra a CT, incluindo os PJF, reconhecem que só agora se sentem com mais preparação, pelo que se deveria estar a tudo de novo. Hoje, olhamos para o processo de toponímia de uma freguesia com um à vontade que não tínhamos há 4 anos e, neste momento, estão a ser revistos todas as processos freguesias porque existiam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

algumas falhas que colocavam em causa o próprio Regulamento. Recordo que, após consulta pública, que não recebeu sugestões, o Regulamento Municipal de Toponímia foi alterado e aprovado pela AM e, por exemplo, o sistema de numeração a usar é a métrica e não o que habitualmente vemos com numeração de dois em dois, salvaguardando-se algumas situações excepcionais, a analisar pela CM, de acordo com o previsto no n.º 3, do artigo 21.º do RMT. A numeração consiste na medição da distância, em metros, desde o início do arruamento, até às portas ou portões, atribuindo o número de polícia resultante dos metros de distância considerados, respeitando, embora a situação de pares e ímpares e arredondando para número superior, sempre que necessário. -----

-----Posso dizer-vos que, neste momento, as 4 freguesias apresentadas já todas têm a numeração atribuída e acesso aos mapas que irão ser disponibilizados a todas as entidades públicas e colocados no site da CM. Para além destas, estão completos os processos de revisão das freguesias de Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Seixo e Verride, aguardando-se, apenas, a disponibilidade do DOT poder ir para o terreno começar a trabalhar. É mais um conjunto de 6 freguesias para as quais, a curto prazo, se realizará uma reunião da CT para aprovação definitiva dos seus processos. Para além destas, falta realizar, apenas, uma reunião para conclusão de revisão do processo de Arazede e rever as freguesias de Montemor-o-Velho, Santo Varão e Tentúgal e queremos respeitar o compromisso assumido com os CTT de, no segundo semestre de 2010, estarem todos os processos aprovados e com o conhecimento da AM, para que possam ser implementados”. -----

----- **12.– Tomada de conhecimento da “Expropriação – Arquivo Municipal / Ruas da Cultura”** - o Vereador Pedro Machado fez uma apresentação sucinta do que se relaciona com o processo, tendo a AM tomado o devido conhecimento. -----

----- **13.– Tomada de conhecimento da “Expropriação – Centro de Alto Rendimento / CAR” – Artigos Matriciais Urbanos 1848 e 1849 da Freguesia de Montemor-o-Velho** - o Vereador Pedro Machado fez uma apresentação sucinta do que se relaciona com o processo, tendo a AM tomado o devido conhecimento. ----

----- **14.– Tomada de conhecimento da “Expropriação – Área de Intervenção do CAR / Pista de Atletismo / Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho / Eixo Viário Pedonalizado / Ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha”**- o Vereador Pedro Machado fez uma apresentação sucinta do que se relaciona com o processo, tendo a AM tomado o devido conhecimento. ----

----- Considerando que, na sala, se encontrava público, o PMAM ao abrigo do art.º 34º, conjugado com art.º 50º do RAM perguntou se desejavam fazer alguma intervenção. -----

----- O munícipe Pedro Caldeira, morador e proprietário de um estabelecimento comercial na Rua da Igreja de Santa Susana, na Carapinheira, teceu algumas considerações sobre as obras que estão a decorrer naquela via e que, se por um lado permitem o desejado embelezamento de toda a zona e o ordenamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12***

da situação caótica de trânsito que, por vezes, se verifica, por outro estão a criar grandes problemas de estacionamento e de preocupação para o futuro, já que criam grandes constrangimentos aos seus utilizadores. Por tudo isso pensa que o comércio irá passar por grandes dificuldades e daí que tenha apelado para que os correspondentes da CM tenham em atenção as solicitações já apresentadas de modo a que se garanta o bem estar de todos, residentes, comerciantes, compradores e visitantes e que não se comprometa o futuro. -----

-----O PJF da Carapinheira referiu que comungava das aspirações e preocupações dos presentes, já que existiam diversos lugares de estacionamento ao longo da rua que serão eliminados e solicitou que, dentro do possível, se tivessem em atenção as exigências apresentadas e que são muito concretas.-----

-----A munícipe Helena Maria Ascenso disse ser uma das pessoas que frequenta a Rua da Igreja e gostaria de perguntar se durante 15 minutos, tempo que se pensa ser permitido estacionar em cima do passeio, alguém conseguirá ir ao talho ou à mercearia e aviar-se, convenientemente. Por fim, questionou, também, a vereadora Isabel Quinteiro sobre os espaços para o estacionamento, considerando-a responsável pela situação.-----

-----O Membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra para lembrar e informar os munícipes da Carapinheira que, na Sessão da AM, realizada no dia 26 de Fevereiro, tinha chamado a atenção para todos os problemas ora apresentados, para os inconvenientes que as obras estavam a provocar, nomeadamente, para a segurança das pessoas e para os comerciantes. Por outro lado regozijava-se pelo facto do PJF, hoje afirmar que estava preocupado com a situação, quando na reunião referida tinha dito que as pessoas da Carapinheira não se sentiam prejudicadas, não sendo o acesso a algumas ruas impedimento da realização das obras, desejando-se, apenas, celeridade e a certeza de que tudo ficaria conforme o desejado. Disse, ainda, que, enquanto munícipe, tinha deixado de realizar compras naquela rua porque não conseguia passar tendo a certeza que os comerciantes se veriam obrigados a tomar uma posição de protesto e que se encontrava, incondicionalmente, ao lado das pessoas da Carapinheira. -----

-----O Munícipe Rui Artur disse que se encontrava ali para expor duas situações – uma em S. Geraldo e que se prende com a profundidade e largura das valetas existentes o que provoca problemas de circulação e outra referente à paragem de autocarro, situada na EN 335, na Boleta e que necessita de revestimento de alcatrão para permitir que os autocarros parem com facilidade e permitam maior segurança aos inúmeros alunos que se deslocam para as escolas. -----

-----O PJF da Carapinheira disse que, relativamente, à intervenção do Membro Albertina Jorge que não tinha mudado de opinião no que referia aos transtornos que as obras causam, até porque a realização daquelas era e é indispensável. A sua intervenção, neste momento, prendia-se com as alterações ao projecto e à eliminação do estacionamento, pelo que estava ao lado dos munícipes, tal como ela. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12***

----- O Membro Hernâni Rama esclareceu que a AM registaria, com atenção, as preocupações manifestadas e, por isso, recomendava à CM que as ouvisse com atenção, não fazendo delas tábua rasa, e que, dentro do possível, tentasse ver qual a oportunidade e possibilidade de se fazerem as alterações solicitadas.-----

----- A Vereador Isabel Quinteiro esclareceu que a recuperação que está a ser realizada era indispensável pois a rua tinha dois sentidos o que criava grandes problemas e o espaço urbano teria de ser consolidado apesar dos diversos condicionalismos existentes. Relativamente ao tempo de estacionamento disse que não existirá qualquer barreira pretendendo-se, apenas, que não se estacione por ali 1 ou 2 horas estacionadas a fazer o que se entender, até porque é uma zona de grande movimento pedonal. Relativamente ao estacionamento na praça do cemitério, referiu que, na verdade, não estavam previstos lugares de estacionamento, porque se pretendia dignificar todo aquela espaço e que na praça do lado sul da Igreja, neste momento, seria permitido estacionar, não parar por tempo indefinido, lembrando, ainda, que a CM, prevê, a curto prazo, construir um parque de estacionamento a curta distância, ultrapassando-se a situação. -----

----- Registaram-se mais algumas intervenções de munícipes presentes versando todas as situações já apresentadas e alertando a CM para que tenha em consideração as alterações solicitadas já que apenas visam melhorar toda a obra que está a ser realizada. -----

----- O Vereador Pedro Machado fez uma resenha do que foi apresentado e salientou que a CM estava atenta tendo, já, solicitado à Vereadora que faça um reconhecimento concreto das preocupações apresentadas, tentando que se encontre solução para as mesmas, tendo em vista que a obra deve estar concluída no final do mês de Maio. Agradeceu a presença dos munícipes e as informações que trouxeram aos responsáveis e lembrou que as reclamações são legítimas pois a obra é da Carapinheira e significa um investimento muito elevado. Lembrou, a propósito, que na freguesia estavam a ser investidos cerca de meio milhão de euros, naquela obra, perto de 350 mil euros, na zona desportiva, o que se fez no capítulo de acessibilidades desde o Largo do Alhastro à Rua José dos Santos Bessa e a recuperação programada para o antigo espaço da feira, pelo que julga que o PCM será merecedor da compreensão e colaboração de todos para resolver este processo.-----

----- Terminou reafirmando aos munícipes presentes que a CM tomaria a devida nota das preocupações apresentadas com a certeza de que quando a obra estiver terminada todos se possam congratular com as soluções encontradas e com a recuperação urbana realizada naquela zona. -----

----- O PMAM agradeceu a presença do público presente e a maneira sincera como apresentaram as suas preocupações, estando convicto que a Autarquia irá assumir as suas responsabilidades. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2010, Abril, 12

----- De modo a que todas as resoluções aprovadas possam produzir efeitos imediatos, foi elaborada minuta desta acta que foi considerada aprovada por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Sessão, pelas 19.30 horas, da qual se lavrou a presente acta que, após lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, em Substituição,

Vitor Manuel Monteiro Travassos, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Nuno Miguel Pinto Loureiro, em Substituição,

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Eng^a, em Substituição,